

EIXO TEMÁTICO 8 | CULTURA, SOCIEDADE E IDENTIDADES

TRABALHO, RECIPROCIDADE E FESTA: os povos do campo e as casas de farinha na Chapada das Mangabeiras (Piauí)

WORK, RECIPROCITY AND CELEBRATION: the rural people and the flour houses in Chapadas das Mangabeiras (Piauí, Brazil)

Antonio Lucas Cordeiro Feitosa¹

Sheila Kelly Paulino Nogueira²

Diovania Feitosa de Barros³

RESUMO

Diferentes registros têm evidenciado que nas comunidades camponesas da Chapada das Mangabeiras, sul do Piauí, as relações de trabalho abrangem mais que a produção de bens materiais e a prestação de serviços. Nesse contexto, objetivamos apresentar uma análise preliminar sobre as relações socioculturais existentes em torno das casas de farinhas e farinhadas das localidades rurais da Chapada das Mangabeiras. Amparados em registros etnográficos e bibliografia sobre os povos e comunidades tradicionais da região, evidencia-se a relação da vida comunitária das localidades rurais com as casas de farinha e as farinhadas, sendo estas últimas momentos coletivos de trabalho, festa, reciprocidade e construção de vínculos territoriais. Sinaliza-se, assim, que tais locais e eventos são patrimônios importantes da identidade e memória dos povos e comunidades tradicionais da região, sendo, portanto, temáticas a serem incorporadas na agenda das políticas públicas.

Palavras-chave: Sentimento de localidade. Farinhadas. Territorialidades.

ABSTRACT

Different records have shown that in the rural communities of Chapada das Mangabeiras, southern Piauí (Brazil), labor relations encompass more than the production of material assets and the provision of services. In this context, we aim to present a preliminary analysis of the sociocultural relations existing around the "casas de farinhas" (flour houses) and "farinhadas" (flour-making gatherings) in the rural

¹ Professor da Universidade Federal do Piauí. Doutor em Sociologia. E-mail: antonio.feitosa@ufpi.edu.br

² Professora da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Geografia. E-mail: sheila@ufpi.edu.br

³ Licencianda em Educação do Campo em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: diovaniafeitosa@gmail.com

localities of Chapada das Mangabeiras. Supported by ethnographic records and literature on the traditional peoples and communities of the region, it is evident the relationship of community life in rural areas with the flour houses and “farinhadas” events, the latter being collective moments of work, celebration, reciprocity, and the construction of territorial bonds. Thus, it is suggested that such places and events are important heritage of the identity and memory of the traditional peoples and communities of the region, therefore, themes to be incorporated into the agenda of public policies.

Keywords: Sense of locality. Flour-making gatherings. Territorialities.

INTRODUÇÃO

Diferentes estudos sobre a vida sociocultural e a organização produtiva dos povos e comunidades tradicionais da Chapada das Mangabeiras, sul do Piauí, têm evidenciado uma intrincada articulação entre trabalho, reciprocidade e festa. Nos limites deste artigo, nos deteremos a pensar tais dimensões a partir das casas de farinha e farinhadas existentes na região, objetivando apresentar análise preliminar de pesquisa em andamento sobre as relações socioculturais existentes em torno de tais equipamentos e eventos e suas articulações com a vida social nas comunidades rurais.

A pesquisa de que este artigo é fruto é resultado de diferentes atividades desenvolvidas nas disciplinas das áreas de Geografia e Sociologia do curso de Licenciatura em Educação do Campo em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Piauí (Campus Professora Cinobelina Elvas). Com sede em Bom Jesus-PI e contando com estudantes de outros municípios da Chapada das Mangabeiras⁴, atividades desenvolvidas com as discentes têm tornado possível produzir registros etnográficos sobre os povos e comunidades tradicionais da região. Por outro lado, temos nos apoiado em estudos sobre a vida sociocultural e a organização produtiva nesse território.

A partir das duas estratégias metodológicas atualmente adotadas na pesquisa em desenvolvimento, tem ficado visível que as casas de farinha e farinhadas são espaços e momentos coletivos de trabalho, festa, reciprocidade e construção de vínculos territoriais. Nas seções que seguem, procuraremos descrever e analisar tais dinâmicas.

⁴ A Chapada das Mangabeiras é um dos doze Territórios de Desenvolvimento do estado do Piauí e abrange 24 municípios, estando todos na Macrorregião de Desenvolvimento Cerrado (Piauí, 2022).

1 CASAS DE FARINHA, FARINHADAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

O cultivo de mandioca é comum entre as populações das localidades rurais da Chapada das Mangabeiras. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal de 2022, naquele ano, os 24 municípios da região produziram um total de 12.992 toneladas de mandioca (Brasil, 2024b). A produção resulta, sobretudo, em farinha e goma, que fazem parte da cultura alimentar local. A garantia de tais alimentos na dieta se dá a partir de uma sucessão de processos que envolvem diferentes saberes, fazeres (Rocha; Dionísio; Bezerra, 2024) e formas de solidariedade. Ademais, as cascas da macaxeira e as folhas da planta são utilizadas para a alimentação de animais.

Nas localidades rurais da região, as casas de farinha também são chamadas de aviamento e oficina. Equipadas com instrumentos elétricos (como forrageiras) e artesanais (prensas, tipiti, fornos, etc.), elas são destinadas ao processamento da mandioca, produzindo farinha e goma. Tais equipamentos ainda têm sido utilizados coletivamente e com base nas formas de solidariedade comum ao campo, como pode ser observado nas farinhadas.

Realizadas a partir do mês de julho de cada ano, as farinhadas ou desmanchas são o momento em que a mandioca é processada e transformada em farinha e goma. Até esse resultado, há etapas que envolvem descascar e ralar a mandioca, torar e ensacar a farinha, dentre outras, sendo elas organizadas a partir de marcadores de gênero e geração em uma divisão sexual (Carvalho; Michelette, 2023) e geracional do trabalho. Sendo trabalhos que demandam muitas pessoas, os moradores das localidades rurais se reúnem na casa de farinha e, a partir da ajuda mútua e de pagamentos em forma dos produtos gerados (Moraes, 2009), fazem uso coletivo das instalações. Assim, mesmo que se pague em produto pelo uso da casa e pelo trabalho das pessoas, há um forte senso comunitário nessas relações (Alves, 2017), envolvendo parentes, vizinhos e amigos. Isso fica evidente se considerarmos uma outra dimensão da farinhada.

Não sendo apenas um momento de produção de bens comuns à cultura alimentar e economia dos povos do campo do sul do Piauí, a farinhada também é festa. Reunindo diferentes pessoas da localidade em que se encontra a casa de farinha e das adjacências, a farinhada é um momento de efervescência da vida social local. Nela as relações de reciprocidade se traduzem na troca de ajudas mútuas para processar a mandioca e na repartição de parte da farinha entre os que colaboraram (Alves, 2017). Nesses momentos, a casa de farinha é ocupada por homens

e mulheres, crianças, jovens e adultos que conversam e cantam animadamente enquanto trabalham durante o dia e a noite.

Em síntese, *a farinhada ou desmancha da mandioca* integra processos que vão desde o cultivo e manejo desse tubérculo, passando pelo beneficiamento e circulação dos produtos e das formas de solidariedade e reciprocidade. Essas dinâmicas ocorrem através da partilha de conhecimentos tradicionais, que podem ser definidos como “um saber-fazer, transmitido oralmente de geração a geração” (Diegues, 2019). Essa categorização implica na não separação entre as atividades produtivas e as atividades socioculturais, de forma que a “floresta e as roças, longe de se reduzirem a um lugar de onde se retiram os meios de subsistência, constituem o palco de sociabilidades diversas em que convivem seres humanos, seres sobrenaturais e os animais e plantas” (Diegues, 2019, p. 119).

Partindo dessa compreensão, infere-se diferenças entre este modo de produção e o modo de beneficiamento comercial/industrial (Alves, 2017). Dessa forma, a categoria povos e comunidades tradicionais ganha relevância aqui por colaborar com a explicitação dos vínculos indissociáveis entre estes povos, seus territórios e os conhecimentos tradicionais que elaboram.

A referida categoria vem sendo construída ao longo das últimas décadas a partir da articulação e mobilização política de diferentes sujeitos (movimentos sociais, pesquisadores(as), organizações da sociedade civil, setores de governo) envolvidos com a garantia de direitos de “grupos que se distinguem culturalmente do restante da sociedade brasileira por seus modos de vida e relações particulares com o meio ambiente e as terras que tradicionalmente ocupam (por posse ou propriedade)” (Nogueira, 2021, p. 603). Entre os marcos legais que reconhecem o direito à diferença, destacam-se a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujos princípios fundamentam o Decreto N° 6040, do 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo-os como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Brasil, 2024a).

O decreto também incorpora a definição de território tradicional que vinha sendo elaborada por esses grupos, reconhecendo, como já citado, o vínculo indissociável entre estes

povos e seus territórios. A incorporação do decreto ao ordenamento jurídico brasileiro colabora com o reconhecimento da diversidade cultural brasileira tecida pelos processos de territorialização empreendidos por povos indígenas, quilombolas, agricultores, extrativistas, geraizeiros, quebradeiras de coco, vazanteiros, pescadores artesanais, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, fechos e fundo de pasto, caiçaras, pomeranos, faxinalenses, entre outros (Porto-Gonçalves, 2019).

Essa diversidade de povos e comunidades tradicionais está presente na Chapada das Mangabeiras e mantém relação com o Cerrado, construindo suas roças, seus quintais produtivos, suas sociabilidades e territorialidades, e enfrentando o intenso avanço das monoculturas destinadas para “produção de *commodities* ou para especulação da natureza e dos recursos minerais” (Lima, 2022, p. 250). Como registram estudos desenvolvidos na região, as mudanças desencadeadas pela “moderna agricultura do complexo carnes/grãos para exportação” (Moraes, 2009) tem implicado a “organização produtiva e socioambiental” (Alves, 2017) das populações locais. Embora as casas de farinha e farinhadas tenham sofrido esses efeitos, ainda é possível encontrar muitas delas conforme as descrições anteriores.

A partir da descrição sintética das relações que envolvem e estão envolvidas nas casas de farinha e farinhadas, agora pretendemos refletir como elas podem ser pensadas a partir de noções que têm mediado a compreensão de contexto similares.

2 TRABALHO, FESTA E RECIPROCIDADE NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL

Diferentes estudos têm demonstrado como as populações rurais desenvolvem seu trabalho de forma coletiva, com forte presença da festividade e das relações de reciprocidade (Candido, 2010; Brandão, 2009; Durham, 2004a; Figueiredo, 2002; Alves, 2017; Costa, 2017). Tais dinâmicas não estão distantes do contexto sociocultural dos povos e comunidades tradicionais do sul do Piauí e brevemente sintetizado na seção anterior.

Inspirados por referências como as mencionadas acima, agora gostaríamos de relacionar as casas de farinha e farinhadas, e as noções de trabalho, festa e reciprocidade à vida social das localidades rurais da Chapada das Mangabeiras.

Essas localidades são usualmente denominadas de “interior” e “comunidade”. A primeira categoria êmica faz referência a sede urbana do município, vista como mais central e desenvolvida, enquanto o interior seria “atrasado” e “parado” (Silva, 2016). Já o termo

“comunidade” registra a influência religiosa da Igreja Católica e da linguagem adotada por outras instituições (Moraes, 2009). Elucidar a constituição do senso e do sentido de “comunidade” nessas localidades é algo importante, já que o termo é uma categoria nativa de uso generalizado. Entender esses sentidos contribui para desmistificar a vida social e para não escamotear processos que termos como sociabilidade, solidariedade e comunidade muitas vezes invisibilizam (Strathern, 1999; Thayer, 2001, Durham, 2004b), como conflitos e formas de trabalho, gestão e uso de equipamentos que não têm por base uma economia da dádiva (Mauss, 2003).

Estudos clássicos, como o de Antonio Candido (2010), já assinalaram que um dos elementos que constituem o sentimento de pertencimento a uma localidade é o trabalho coletivo, que nas categorias êmicas recebe nomes como mutirão e adjunto (Caldeira, 1956). Assim, Candido (2010, p. 81) considera que: “Um bairro [rural] poderia, deste ângulo, definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua”.

O “sentimento de localidade”, como o denomina o autor, é o elemento base a partir do qual ele define a noção de bairro. As “formas de sociabilidade” que constituem tal sentimento encontram nos festejos lúdico-religiosos locais e nos trabalhos de ajuda mútua sua referência, uma vez que para ele essas formas de relação dotam aqueles que residem em locais dispersos de um sentimento de reconhecimento de pertencimento a um local. Assim, a noção de comunidade é construída tendo por base as relações sociais que circunscrevem social e territorialmente a sociedade. Logo, tanto a comunidade como o território são produtos das relações de trabalho e da organização da vida social, o que não implica dizer que a vida comunitária se restrinja a essas dimensões.

Percebe-se como é importante compreender o local que as relações de reciprocidade e trabalho coletivo ocupam na constituição da vida social das comunidades rurais da Chapada das Mangabeiras. Por outro lado, evidencia-se que tais relações não dizem respeito meramente à organização produtiva, mas estão emaranhadas ao modo de vida dos povos e comunidades tradicionais.

Como se viu anteriormente, os festejos lúdico-religiosos e os trabalhos de ajuda mútua (Candido, 2010), e o trabalho vivido como festa (Brandão, 2009) não são estranhos às dinâmicas das casas de farinha e farinhadas e à constituição da vida social e dos vínculos territoriais entre os povos e comunidades tradicionais da Chapada das Mangabeiras. A própria farinhada é vivida

como festa e trabalho coletivo envolvido nas redes de solidariedade e reciprocidade territorialmente estabelecidas. Não podemos descartar o papel que outros eventos desempenham nesse universo, como é o caso dos “festejos”, muito comuns às comunidades rurais e nos quais santos do catolicismo são celebrados com liturgias ao mesmo tempo em que acontecem entretenimentos festivos (Alves, 2017).

Nesse sentido, entendemos que as casas de farinha e as farinhadas nelas realizadas ocupam um lugar central no modo de vida das populações camponesas da região em foco (Marques, 2008), assim como Ellen Woortmann (2024 [1982]) já havia indicado que a casa de farinha era uma das partes que compunham idealmente o “sítio”. Dessa forma, as relações de trabalho e a organização da vida social (Durham, 2004a) se articulam nessas redes de relações sociais. Produz-se, assim, mais que trabalho, bens materiais, econômicos e alimentos, produz-se sociedade (Mauss, 2003; Pinto, 2005), o que não significa ausência de conflitos, mudanças e conexões com territorialidades outras.

As práticas de solidariedade que as casas de farinha e farinhadas engendram, somadas a outras existentes nas localidades, além de relações de reciprocidade tecidas entre seus moradores, parecem cooperar com a consolidação do sentimento de pertencimento à comunidade e ao seu território. Logo, evidencia-se o trabalho em suas dimensões objetiva e subjetiva (Offe, 2024 [1989]) e situações de interação social a partir das quais é possível observar e falar da sociedade (Becker, 2009), o que nos anima no esforço de compreender as dinâmicas socioculturais e territoriais dos povos e comunidades tradicionais da Chapada das Mangabeiras em diálogo com as políticas públicas que entrecruzam a questão social, agrária e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas descrições apresentadas sobre as dinâmicas da vida social em torno das casas de farinha e farinhadas na Chapada das Mangabeiras e o cotejamento com estudos sobre os povos do campo na região e em outros locais do país, assinalamos que tais equipamentos e eventos podem ser entendidos como patrimônios importantes da identidade e memória dos povos do campo do sul do Piauí. Isso implica a necessidade de os agentes institucionais considerarem que os espaços ocupados por essas populações não são vazios e que suas práticas produtivas não

se reduzem à produção de mercadorias, mas seguem outra racionalidade que não a produtivista (Moraes, 2009).

Seguindo esse raciocínio, o território como categoria operacional e analítica é importante por nos permitir compreender as dinâmicas e necessidades desses grupos. Assim, frente a expansão do complexo carnes/grãos destinado à exportação e promovida pelos empreendimentos do agronegócio (Moraes, 2009; Alves, 2017), faz-se necessário, no mínimo, que as políticas de incentivo a tais negócios não ignorem as relações históricas e simbólicas das populações com seus territórios e que não impliquem em sua supressão em favor daqueles.

Se, como mencionado anteriormente, a noção de “saber-fazer” (Diegues, 2019) implica a não separação entre atividades produtivas e socioculturais, entre natureza e sociedade, então os povos e comunidades tradicionais dependem da garantia de seus territórios e de como eles o produzem. Esperamos que os resultados futuros da pesquisa permitam dimensionar mais o lugar que as casas de farinha e farinhadas ocupam nesse modo de vida e, assim, entendê-lo melhor, inclusive em seus aspectos históricos e em relação às transformações e impactos gerados pelo agronegócio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Mudanças e permanências das práticas agrárias no sul do Piauí. In: NUNES, Ranchimit Batista (org.). **Experiências, realidades e contextos da educação do campo no sul do Piauí**. Curitiba: CRV, 2017.

BECKER, Howard S. **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto e festa. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v.1

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2024a [2007].

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>. Acesso em: 05 maio 2024b.

CALDEIRA, Clovis. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, Jorge Vitório de Amorim; MICHELETTE, Pâmela Torres. A casa de farinha como ferramenta de produção cultural das mulheres do campo no município de Alvorada do Gurguéia – Piauí. In: SILVA, Maria do Socorro Pereira da; BATISTA, Ozaias Antonio; MEDEIROS, Lucineide Barros (org.). **Educação do campo, pedagogia dissidente e cultura camponesa na “última fronteira agrícola”**. Teresina: EDUFPI, 2023.

COSTA, Fernando Muratori. A memória camponesa no sul do Piauí: relato de várias odisséias por um oceano de ressentimento. In: NUNES, Ranchimit Batista (org.). **Experiências, realidades e contextos da educação do campo no sul do Piauí**. Curitiba: CRV, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 50, p. 116-126, 2019.

DURHAM, Eunice Ribeiro. As comunidades rurais tradicionais e a migração. In: THOMAZ, Omar Ribeiro (Org.). **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2004a.

_____. Comunidade. In: THOMAZ, Omar Ribeiro (Org.). **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2004b.

FIGUEIREDO, José Nilton de. **A (con)sagração da vida**: formação das comunidades de pequenos agricultores da Chapada do Araripe. Crato: Província, 2002.

LIMA, Débora. Matopiba como região de violência a partir das ações do Estado e a expropriação de povos e comunidades tradicionais na fronteira. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Do sertão à fronteira agrícola**: O espaço geográfico brasileiro em transformação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 57-67, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Um povo do cerrado entre baixões e chapadas: modo de vida e crise ecológica de camponeses(as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2.

NOGUEIRA, Monica. Povos e Comunidades Tradicionais. In: DIAS, Alexandre Pessoa et al. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021.

OFFE, Claus. **Trabalho**: a categoria-chave da sociologia? Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7943904/mod_resource/content/1/TRABALHO%20categor%20da%20Sociologia.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024 [1989].

PIAUI. Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí. **Mapas Temáticos do Piauí 2022**: territórios de desenvolvimento. Teresina: SEPLAN, 2022.

PINTO, Maria Dina Nogueira. Sabores e saberes da casa de Mani: a mandioca nos sistemas culinários. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 32, p. 281-301, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Dos Cerrados e de suas Riquezas**: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

ROCHA, Ariza Maria; DIONÍSIO, Erikles Silva; BEZERRA, José Arimateia Barros. As casas de farinhas de mandioca artesanais do Crato-CE: saberes, afetos e memórias dos/as mandioqueiros/as. **Revista de Nutrição e Vigilância em Saúde**, Fortaleza, v. 11, n. 1, 2024.

SILVA, Valéria. Diálogos juvenis no sudoeste piauiense: as juventudes, o rural e a cidade. In: LUZ, Lila Cristina Xavier; ADAD, Shara Jane Holanda; SILVA, Valéria (org.). **Juventudes rurais e urbanas**: territórios, culturas, sociabilidades e identidades. Teresina: EDUFPI, 2016.

STRATHERN, Marilyn. No limite de uma certa linguagem. **Mama: Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 157-175, 1999.

THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 103-130, 2001.

WOORTMANN, Ellen. O sítio Camponês. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 164-203, 2024 [1982].